

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

14
Dez
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguêis

IMPACTO DE R\$ 4,5 MILHÕES

TJES dá abono e acende sinal do limite de gastos

Apesar de alerta sobre cautela, Corte garante que não vai se enrolar, de novo, com a LRF

RAFAEL SILVA
rfeitas@redgazeta.com.br

Meses após sair “do vermelho” em relação aos gastos com pessoal, o Tribunal de Justiça (TJES) decidiu, ontem, acompanhar os demais Poderes e pagar um abono de R\$ 1 mil para os servidores do Judiciário ainda em dezembro. Com o anúncio da concessão do benefício, procurado por A GAZETA, o Tribunal de Contas (TCES) fez um alerta sobre as despesas do TJES com folha de pagamento: “cautela e canja de galinha não fazem mal a ninguém”.

O TJES, contudo, garante que, mesmo com o pagamento do abono, continuará abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 5,7% da receita corrente líquida do Estado.

O impacto nos cofres do Judiciário estadual será de R\$ 4,5 milhões. Isso para pagar o abono a 3,4 mil funcionários ativos, 800 inativos e 301 pensionistas. O projeto de lei sobre o benefício foi encaminhado à Assembleia e deve ser votado na próxi-



Sede do TJES, em Vitória: abono será pago a ativos e inativos em dezembro

ma semana.

Em balanço divulgado na última terça-feira, o TCES havia informado que um gasto de R\$ 3.435.366,15 já seria suficiente para o Tribunal de Justiça alcançar o limite prudencial, no atual patamar da receita. Até o último mês, o gasto com pessoal estava em 5,67%.

O secretário de Controle Externo de Macroavaliação Governamental do TCES, Robert Luther Salviato De Toni, disse, por meio de nota, que o comprometimento com a LRF vai depender da receita corrente líquida. E sugeriu cautela ao TJE.

“Dado o tipo de cálculo

POR POUCO

5,67%

da receita corrente líquida do Estado

É o equivalente ao atual gasto com pessoal do TJES.

que é feito (base móvel dos 12 últimos meses), o abono influencia também o cálculo das despesas nos meses seguintes. O TCES já avisou o quanto falta para o atingir do limite prudencial no atual patamar da RCL, que, por sinal, está vacilan-

te. A mensagem é clara: diante de um quadro instável ou ainda não consolidado da economia, cautela e canja de galinha não fazem mal a ninguém”, disse.

De agosto de 2015 a março de 2017, o Judiciário havia ficado acima do limite legal da LRF, equivalente a 6% da receita corrente líquida do Estado. Cortes de gastos e a melhoria da arrecadação levaram à readequação à lei. Em nota, o TJES garantiu que “mesmo pagando o abono para os servidores neste mês de dezembro, continuará abaixo do limite prudencial”.

CONFUSÃO

Câmara da Serra rejeita benefício

Incluído em projeto “colcha de retalhos”, abono aos servidores do Executivo ficou de fora

KLEBER AMORIM
kamoreira@redgazeta.com.br

Um dia após a Prefeitura da Serra anunciar que dobraria o valor do abono natalino de R\$ 100 para R\$ 200, os vereadores do município derubaram em sessão, ontem, projeto “colcha de retalhos” de origem do Executivo, em que o benefício para os servidores estava incluído, por meio de emenda. Votaram contra a proposta 16 parlamentares e a favor, cinco.

Com a decisão, 9.060 servidores não receberão mais o dinheiro extra neste fim de ano. Segundo os vereadores que votaram contra o documento, a prefeitura pode enviar outro projeto contendo o abono de forma isolada para apreciação, o que não foi confirmado pelo Executivo.

“Éramos favoráveis ao abono, mas quanto às outras propostas fomos contra. Como os pontos negativos eram maiores que os positivos, preferimos derrubar o projeto”, disse o vereador Nacib Haddad (PDT).

Há duas semanas, o prefeito da Serra, Audifax Barcelos (Rede), encaminhou para a Câmara projeto de lei que aparente-

mente trataria apenas do parcelamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para o cidadão que faz parte do programa habitacional do município. Porém, a proposta acabava abordando diversos outros assuntos por meio de centenas de artigos que alteravam 32 leis da cidade.

Após protestos de parte dos vereadores, alguns artigos polêmicos foram retirados, mas outros foram mantidos, além de incluída a emenda com alteração na proposta de abono de R\$ 100 que estava incluída no projeto passando para R\$ 200.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Prefeitura de Serra informou que apresentou o projeto de lei com um “conjunto de iniciativas importantes para o desenvolvimento da cidade, como 10 medidas para reduzir a burocracia, atrair novas empresas e criar mais emprego no município; regularização fundiária; outras”.

O texto trouxe ainda que “manobra de um pequeno grupo de nove vereadores, de forma irresponsável, não aprovou importantes temas para Serra, inclusive o abono para 9 mil servidores”.



SÉRGIO GAMA enviou o projeto, uma de suas primeiras medidas como presidente do Tribunal de Justiça do Estado, após estudo de viabilidade favorável

Judiciário vai dar R\$ 1 mil de abono a 4.501 servidores

Projeto de lei que concede o benefício foi encaminhado à Assembleia Legislativa. Impacto será de R\$ 4,5 milhões

Erick Alencar

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) enviou à Assembleia Legislativa o pedido para conceder abono aos servidores do Poder Judiciário capixaba. Segundo a assessoria da Corte, 4.501 servidores serão be-

neficiados com um bônus de R\$ 1 mil, provocando um impacto de R\$ 4.501.000 aos cofres públicos.

Do total de servidores, 3.400 são ativos, 800 inativos ou aposentados e 301 pensionistas. O projeto de lei que contém o abono foi enviado ontem ao Legislativo.

A concessão do abono foi uma das primeiras decisões do recém-empossado presidente do TJ-ES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama. Segundo a assessoria, o magistrado aceitou a reivindicação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (Sindjudiciário-ES).

Gama encaminhou o pedido à Assessoria de Planejamento do

Tribunal para a elaboração do estudo de viabilidade. O parecer foi favorável.

Ainda que pague o abono milionário, a Corte não ultrapassará o limite prudencial de gastos com pessoal, que é de 5,70% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a assessoria, o TJ-ES terminará o ano destinando os mesmos 5,67% da RCL que hoje empenha.

A Assembleia aprovou ontem o abono para seus 1.579 servidores ativos e inativos e para 682 servidores do Ministério Público do Estado (MP-ES). Nos dois órgãos, o valor do bônus segue os R\$ 1 mil

concedidos pelo Executivo.

COFRES

Somados, os abonos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário representam R\$ 98.698.000 aos cofres públicos. A quantia deve aumentar na próxima semana, já que a Assembleia ainda votará os benefícios para o Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) - lido ontem no Pleno - e da Defensoria Pública.

Também ontem foi aprovado o projeto que transfere setores ordenadores de despesas ligados às políticas de drogas das mãos do vice-governador César Colnago (PSDB) para a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedh).

QUEM VAI DAR ABONO

Governo do Estado

> 90 MIL servidores estaduais ativos e inativos vão receber um abono de R\$ 1.000, que será pago no próximo dia 22.

> O INVESTIMENTO do governo será de R\$ 90 milhões.

Poder Judiciário

> 4.501 SERVIDORES do Poder Judiciário em todo o Estado vão receber R\$ 1 mil.

> O PROJETO de lei com o pedido foi enviado ontem à Assembleia Legislativa e deve ser votado na próxima semana.

Assembleia Legislativa

> 1.579 SERVIDORES da Assembleia Legislativa vão receber R\$ 1 mil de abono no próximo dia 20.

Ministério Público

> 682 SERVIDORES do Ministério Público Estadual também receberão o abono de R\$ 1 mil.

Câmara da Serra derruba benefício de R\$ 200

A Câmara de Vereadores da Serra rejeitou ontem a concessão do abono de R\$ 200 aos servidores do Executivo municipal. Por 16 votos a cinco, a Casa derrubou o Projeto de lei 292/2017, que trazia, além do benefício aos funcionários, a extinção de alguns cargos da prefeitura.

Líder do governo, o vereador Luiz Carlos Moreira (PMDB) negou que o prefeito Audifax Barcelos (Rede) tenha incluído a emenda que dobrava de R\$ 100 para R\$ 200 o bônus para atribuir aos vereadores a sua rejeição.

"Não acho isso, falando com bastante isenção. O prefeito só teria essa chance para aumentar o abono", respondeu Moreira à crítica feita por um servidor na sessão.

Projetos que concedem abono a servidores da Assembleia e do MP são aprovados

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/12/15132027631270054921.html>

Procuradores tomam posse e exaltam a Lava a Jato

Dez novos procuradores de Justiça tomaram posse ontem no Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES). O procurador Luis Augusto Suzano, que discursou em nome de todos os colegas, exaltou a Lava a Jato.

“O Ministério Público, em todos os rincões do País, por mais lon-

gínquo que esteja neste território continental que dispomos, vem demonstrando no cotidiano a sua importância e o seu protagonismo. O papel desempenhado na Operação Lava a Jato é a prova mais contundente da sua presença no desenvolvimento da sociedade brasileira”, disse Suzano.

DIVULGAÇÃO/MP-ES



PROCURADORES durante a posse: recomposição do quadro vai garantir quórum para análise de processos

A procuradora-geral de Justiça, Elda Márcia Moraes Spedo, disse que, com os novos procuradores, o trabalho voltará ao normal, já que processos chegaram a ser adiados por não ter quórum.

O governador Paulo Hartung (PMDB) também participou do evento. Ele parabenizou o MP-ES pelo trabalho em defesa das mulheres. “Quero saudar a instituição pelo trabalho forte que realiza combatendo a violência contra as mulheres capixabas. Parabéns!”.

Já o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Gama, deu breve conselho aos recém-empossados. “Respeitem a Constituição e preservem o contraditório e a ampla defesa”, resumiu.

Foto: Casa Legislativa (PES)

BO EVENTO

do Conselho Administrativo

CRIME NO HUCAM

LIGAÇÕES PERIGOSAS

Acusados da morte de Milena Gotardi (foto) trocaram 1,2 mil telefonemas antes do crime



RAQUEL LOPES
rflopes@redgazeta.com.br

Os seis acusados pela morte da médica Milena Gottardi, baleada na cabeça no dia 14 de setembro, trocaram 1.233 ligações e formaram uma rede de comunicação antes e após o crime. As ligações foram feitas de 1º de janeiro até 4 de outubro deste ano, segundo dados obtidos pela Polícia Civil após interceptação telefônica. Os dados constam no inquérito policial a que A GAZETA teve acesso e que foi divulgado ontem à noite, em primeira mão, no Gazeta Online.

Os registros revelam que as ligações foram se intensificando com a aproximação da data do crime, que completa hoje exatos três meses. O documento sugere que o planejamento "iniciou-se pelos menos dois meses antes", pelas análises feitas de 1 de julho a 17 de setembro.

Nesse período, foram 335 ligações, o que corresponde a quatro telefonemas trocados por dia por cinco dos envolvidos: os acusados de serem os mandantes – o policial civil Hilário Frasson e seu pai, Esperidião Frasson –, os intermediários Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Paaloro Filho, conhecido como Judinho, e o executor Dionathas Alves Vieira.

Não constam ligações trocadas nesses três meses com Bruno Broetto, acusado de ter roubado a moto utilizada no crime. No entanto, o documento mostra que Bruno, Valcir e Dionathas trocaram ligações desde janeiro em datas não especificadas.

A médica foi baleada no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam), onde trabalhava. No dia seguinte teve a morte declarada.

PASSO A PASSO

Pelas interceptações te-

lefônicas também foi feita uma análise georreferenciada para saber de qual local partiam as ligações. Os dados mostram que Valcir esteve no Hucam no dia 24 e 28 de agosto, dias antes do crime. Inclusive, o documento diz que "Hilário provavelmente tinha conhecimento de que Valcir estava no local no dia 24, porque foram registradas trocas de mensagens via SMS e ligações telefônicas entre eles enquanto Valcir permanecia no local", diz o documento.

Um dia antes do crime, em 13 de setembro, Hilário ligou para Milena às 11h26; para Esperidião foram duas vezes: 11h47 e 17h46. Depois da primeira conversa com o pai, o mandante do assassinato fez uma ligação para Valcir, repetindo o contato durante o dia: 11h49, 11h50 e 17h48. Já Esperidião ligou para o filho às 18h02.

Valcir ligou para Judinho, às 17h48. Com o exe-

MENSAGENS

"Hilário provavelmente tinha conhecimento de que Valcir estava no local (Hucam) no dia 24. Foram registradas trocas de mensagens entre eles"

TRECHO DO INQUÉRITO

CONTATOS

1.233 telefonemas

Foi o total de ligações trocadas entre os seis acusados desde janeiro.

LIGAÇÕES TROCADAS DE JULHO A SETEMBRO



Hilário efetuou ligações para o pai e os intermediários

	ESPERIDIÃO	JUDINHO	VALCIR	DIONATHAS
JULHO	35	0	4	0
AGOSTO	41	0	19	0
SETEMBRO	38	1	3	0
TOTAL	114	1	26	0



Esperidião manteve contato com Hilário e Judinho

	HILÁRIO	JUDINHO	VALCIR	DIONATHAS
JULHO	35	0	10	0
AGOSTO	41	0	27	0
SETEMBRO	38	0	09	0
TOTAL	114	0	46	0



Judinho ligou para Hilário, Valcir e o executor, Dionathas

	HILÁRIO	ESPERIDIÃO	VALCIR	DIONATHAS
JULHO	0	0	36	0
AGOSTO	0	0	34	0
SETEMBRO	1	0	6	18
TOTAL	1	0	76	18



Valcir manteve contato com todos os envolvidos

	HILÁRIO	ESPERIDIÃO	JUDINHO	DIONATHAS
JULHO	4	10	36	0
AGOSTO	19	27	34	0
SETEMBRO	3	9	6	54
TOTAL	26	46	76	54



Dionathas manteve contato com Judinho e Valcir

	HILÁRIO	ESPERIDIÃO	JUDINHO	VALCIR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	18	54
TOTAL	0	0	18	54

cutor Dionathas, o intermediário conversou por oito vezes, sendo a primeira às 12h57 e a última às 21h. Já no dia do crime a conversa entre eles foi às 6h57.

O DIA DO CRIME

Hilário manteve contato com a ex esposa por três vezes no dia 14. O último telefonema foi às 17h54. Um minuto depois, o policial ligou para Esperidião. Foi o pai de Hilário que ligou para Valcir, "que no momento se encontra no local da execução juntamente com Judinho e o executor Dionathas", cita inquérito.

Pelas ligações também foi possível identificar a rota de fuga dos envolvidos. Dionathas seguiu para o bairro Maria Ortiz, em Vitória. Já os intermediários seguiram para o distrito de Timbuí, em Fundão. Esperidião estava na BR 101 Norte, entre o distrito de Timbuí e a sede de Fundão e Hilário chegou no Hucam às 20 horas.

Após o crime, houve intenso contato telefônico entre Hilário e Esperidião. No entanto, nenhum dos dois manteve contato com os outros envolvidos pelas linhas analisadas e citadas no documento.

Durante esses três meses em que, segundo a polícia, o crime teria sido premeditado, Valcir e Dionathas começaram a ter contato apenas a partir do dia 4 de setembro – 10 dias antes do crime. Os dois se falaram até dois dias após o crime. Os intermediários Judinho e Valcir também não mantiveram contato.

Porém não constam quaisquer chamadas nas linhas deles dois dias após o crime, isso, segundo a polícia, "sugere que ambos dispensaram as referidas linhas".

Valcir telefonou para todos os envolvidos

Advogado: ligações confirmam versão

Apontado como intermediário foi o que mais trocou ligações, segundo o inquérito

Acusado de ser um dos intermediários da morte da médica Milena Gottardi, 38, Valcir da Silva Dias foi o único que manteve contato com todos os acusados do crime. Das 1.233 ligações trocadas entre os seis acusados, 546 envolveram Valcir no período de 1 de janeiro até 4 de outubro deste ano, segundo a polícia.

Os dados constam no inquérito policial que A GAZETA teve acesso.

A maioria das ligações, 310 delas, foram feitas para o acusado de ser o intermediário Hermenegildo Palaoro Filho, conhecido como Judinho. Em seguida vem o executor Dionathas Alves Vieira, com um total de 98 ligações.

Com Esperião Frasson, sogro de Milena, foram 68 ligações e com Hilário Frasson, seu ex-marido e mandante do crime junto ao pai, foram 53 contatos telefônicos. Valcir foi o que mais manteve contato com o



Valcir da Silva Dias, acusado de intermediar crime, esconde o rosto ao ser preso

acusado de ter roubado a moto usada no crime, Bruno Broetto. Para este foram 17 chamadas.

HILÁRIO

Em um dos diálogos realizados no dia 20 de setembro entre Judinho e Valcir, fica evidente a relação deles com Hilário Frasson. O policial estaria providenciando um advo-

gado para Valcir. "Eu vou conversar com o advogado amanhã... Hilário está arrumando aqui", diz Valcir após questionamento de Judinho para saber quem seria o advogado.

Inclusive, houve intensos contatos telefônicos entre Hilário e o pai, Esperião, com Valcir nos dois meses que antecederam o crime. No entanto, não

houve mais contatos telefônicos entre os dois após o crime.

Consta no inquérito que pelo IMEI (uma espécie de numeração universal dos aparelhos) do telefone interceptado foi possível constatar que ele efetuou a troca de chip quando do andamento das investigações e planejou sua fuga após a prisão de Esperião.

O advogado de Dionathas, Leonardo Rocha, afirmou que as ligações confirmam a versão apresentada pelo acusado em sua colaboração prestada desde o início para o esclarecimento dos fatos.

Rocha também faz a defesa de Bruno e alega que há fragilidade de provas quanto à participação dele nesse crime. "Ele não participou do crime. Eles se conheciam de Timbui, em Fundão, mas não se falaram no período que a polícia apontou que o crime estaria sendo premeditado", finaliza.

O advogado de Hermenegildo, David Passos, afirmou que o cliente jamais negou que esteve no hospital na data dos fatos, entretanto, "não sabia que aconteceria qualquer tipo de crime", diz.

ESPERIDIÃO

Já o advogado de Esperião, Hiran Luiz da Silva afirmou apenas que "É normal pai e filho se falarem assim". Ele foi questionado sobre as ligações feitas pelo acusado a ou-

tros envolvidos, mas não se manifestou.

O advogado de Hilário, Homero Mafra, informou que irá falar apenas nos autos.

Já a família de Valcir foi procurada, mas ninguém quis comentar o assunto. A reportagem solicitou o contato do advogado responsável pela defesa dele, mas não obteve resposta.

O OUTRO LADO



"As ligações confirmam a versão apresentada por Dionathas para o esclarecimento dos fatos"

LEONARDO ROCHA
ADVOGADO

CONVERSA

A transcrição da conversa telefônica de Valcir e Judinho no dia 20 de setembro aponta que Hilário estaria arrumando um advogado para Valcir.

▼ **Valcir** "Deixa eu falar pra você, eu vou me entregar amanhã, tá?"

▼ **Judinho** "Rapaz, não faz isso não"

▼ **Valcir** "Vou, já estou aqui em Timbui já"

▼ **Judinho** "Tá doído"

▼ **Valcir** "Vou conversar com advogado amanhã, vou com advogado"

▼ **Judinho** "Quem é o advogado?"

▼ **Valcir** "Hilário está arrumando aqui"

▼ **Judinho** "Então, mas cuidado aí"

▼ **Valcir** "segundo (...) estou te falando, não estou sabendo de nada, XXX que me me contou"

▼ **Judinho** "Eu sei, fala"

▼ **Valcir** "XXX me contou que Hilário está arrumando um advogado aqui, que é pra mim vir aqui que ele quer falar comigo, vamos ver."

Obs: A transcrição está redigida como na fala

Acusados de matar Milena trocaram mais de 1,2 mil telefonemas

Hilário manteve contato com a ex-esposa por três vezes no dia 14 de setembro, dia em que a médica foi baleada

Os seis acusados pela morte da médica Milena Gottardi, 38 anos, trocaram 1.233 ligações e formaram uma rede de comunicação antes e após o crime. Os telefonemas foram feitos de 1 de janeiro de 2017 até 4 de outubro, segundo dados obtidos pela Polícia Civil após interceptação telefônica.

Os dados constam no inquérito policial ao qual A Gazeta teve acesso e revelam que as ligações se intensificaram com a aproximação da data do crime, 14 de setembro. O documento sugere que o planejamento do assassinato "iniciou-se pelos menos dois meses antes", pelas análises feitas de 1 de julho de 2017 a 17 de setembro de 2017.

Nesse período foram 335 ligações, o que corresponde a quatro telefonemas trocados por dia entre os cinco dos envolvidos: os acusados de serem os mandantes, o policial civil Hilário Frasson e Esperidião Frasson, os intermediários Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, conhecido como Judinho, e o executor Dionathas Alves Vieira.

Não constam ligações trocadas nesses três meses com Bruno Broetto, acusado de ter roubado a moto utilizada no crime. Mas houve ligações trocadas com Valcir e Dionathas desde janeiro, a data não foi especificada no documento.

O assassinato da médica completa três meses nesta quinta-feira (14). Ela foi baleada na cabeça no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam). No dia seguinte teve a morte declarada.

RASTREAMENTO

Pelas interceptações telefônicas também foi possível realizar uma análise georreferenciada para saber de quais locais partiam as ligações. Os dados mostram que Valcir esteve no Hucam nos dias 24 e 28 de agosto, antes da consumação do crime. Inclusive, o documento diz que "Hilário provavelmente tinha conhecimento de que Valcir estava no local no dia 24 porque foram registradas trocas de mensagens via SMS e ligações telefônicas entre eles enquanto Valcir permanecia no local", diz.

Os registros também revelam que as ligações entre os acusados foram se intensificando principalmente com a aproximação da data do crime. Um dia antes, em 13 de setembro, Hilário ligou para Milena às 11h26, para Esperidião foram duas vezes: 11h47 e 17h46 e, após a primeira conversa com o pai, faz uma ligação para Valcir, que continua durante o dia: 11h49, 11h50 e 17h48. Já Esperidião liga para o filho às 18h02.

Já Valcir ligou para Judinho, às 17h48. Com o executor Dionathas, o intermediário conversou por oito vezes, sendo que a primeira foi promovida às 12h57 e a última às 21h. Já no dia do crime a conversa entre eles foi feita às 6h57.

O ASSASSINATO

Hilário manteve contato com a ex-esposa por três vezes no dia 14. O último foi às 17h54, quando ele liga para a médica. Um minuto depois, o policial liga para Esperidião. Foi o pai do policial que ligou para Valcir, "que no momento se encontra no local da execução juntamente com Judinho e executor Dionathas", diz inquérito.

Através das ligações também foi possível identificar a rota de fuga dos envolvidos. Dionathas seguiu para para o bairro Bairro Maria Ortiz, em Vitória. Já os intermediários seguiram para o distrito de Timbuí, em Fundão. Esperidião estava na BR 101 Norte, entre o Distrito de Timbuí e a sede do Município de Fundão, e Hilário, às 20 horas, chegou ao Hucam.

Após o crime, houve intenso contato telefônico de Hilário e Esperidião. No entanto, nenhum deles manteve contato com os outros envolvidos através das linhas citadas no documento.

Valcir e Dionathas começaram a ter contato nesses três meses apenas a partir do dia 4 de setembro, 10 dias antes do crime, e mantiveram assim até dois dias após o crime. Os intermediários Judinho e Valcir também não tiveram contato. No entanto, não constam chamadas nas linhas deles dois dias após o crime, isso "sugere que ambos dispensaram as referidas linhas", diz.

VALCIR MANTEVE CONTATO COM TODOS

O acusado de ser um dos intermediários pela morte da médica Milena Gottardi, Valcir da Silva Dias foi o único que manteve contato com todos os acusados do crime. Das 1.233 ligações trocadas entre os acusados, 546 foram com Valcir no período de 1 de janeiro até 4 de outubro de 2017.

A maioria das ligações, 310 delas, foi feita para o acusado de ser o intermediário Hermenegildo Palaoro Filho, conhecido como Judinho. Em seguida foi com o executor Dionathas Alves Vieira, correspondendo a 98 ligações.

Com Esperidião Frasson foram 68 ligações e com Hilário Frasson foram 53 contatos telefônicos. Valcir foi o que mais manteve contato com o acusado de ter roubado a moto usada no crime, Bruno Broetto: foram 17.

HILÁRIO

Em um dos diálogos trocados no dia 20 de setembro entre Judinho e Valcir, fica evidente a relação deles com Hilário Frasson. O policial estaria providenciando um advogado para Valcir. “Eu vou conversar com o advogado amanhã... Hilário está arrumando aqui”, diz Valcir após questionamento de Judinho para saber quem seria o advogado.

Inclusive, houve intensos contatos telefônicos entre Hilário e o pai Esperidião Frasson com Valcir nos dois meses que antecederam o crime e não houve mais ligações entre os dois após o crime.

No inquérito ainda consta pelo IMEI do telefone interceptado que Hilário efetuou a troca de chip durante o andamento das investigações e planejou sua fuga após a prisão do pai. Mas Hilário acabou preso no mesmo dia que Esperidião.

CONVERSA TELEFÔNICA

A transcrição da conversa telefônica de Valcir e Judinho no dia 20 de setembro aponta que Hilário iria arrumar um advogado para Valcir.

* A transcrição está redigida como na fala

Valcir: Deixa eu falar pra você, eu vou me entregar amanhã, tá?

Judinho: Rapaz, não faz isso não

Valcir: Vou, já estou aqui em Timbui já

Judinho: Tá doído

Valcir: Vou conversar com advogado amanhã, vou com advogado

Judinho: Quem é o advogado?’

Valcir: Hilário está arrumando aqui

Judinho: Então, mas cuidado

Valcir: “Segundo (...) estou te falando, não estou sabendo de nada, XXX que me me contou

Judinho: Eu sei, fala

Valcir: “XXX me contou que Hilário está arrumando um advogado aqui, que é pra mim vir aqui que ele quer falar comigo, vamos ver.

AS DEFESAS

O advogado de Dionathas, Leonardo Rocha, afirmou que as ligações confirmam a versão apresentada pelo acusado em sua colaboração prestada desde o início para o esclarecimento dos fatos.

Rocha também faz a defesa de Bruno e alega que há fragilidade de provas quanto a participação dele nesse crime. “Ele não participou do crime. Eles se conheciam de Timbui, em Fundão, mas não se falaram no período que a polícia apontou que o crime estaria sendo premeditado”, finaliza.

O advogado de Hermenegildo, David Passos, afirmou que o cliente jamais negou que esteve no hospital na data dos fatos, entretanto, “não sabia que aconteceria qualquer tipo de crime”, diz.

Já o advogado de Esperidião, Hiran Luiz da Silva afirmou apenas que “é normal pai e filho se falarem assim”. Ele foi questionado sobre as ligações feitas pelo acusado a outros envolvidos, mas não se manifestou.

O advogado de Hilário, Homero Mafra, informou que irá falar apenas nos autos.

Já a família de Valcir foi procurada, mas ninguém quis comentar o assunto. A reportagem solicitou o contato do advogado responsável pela defesa dele, mas não obteve resposta.

DENÚNCIA DO MPES

OITO ANOS DE PODER
NA SERRA SOB SUSPEITA

Três ex-presidentes da Câmara são acusados de manter funcionários fantasmas de 2007 a 2014

GABRIEL LORDÉLLO - ARQUIVO

EDSON CHAGAS - 11/03/2009

CARLOS ALBERTO SILVA - 01/01/2013



Aloísio Santana (PSDC), Raul César Nunes (Rede) e Guto Lorenzoni (PP): os três ex-presidentes da Câmara podem se tornar réus

de NATÁLIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Três ex-presidentes da Câmara Municipal da Serra e três ex-servidores do Legislativo estão sendo alvo de denúncias pelo Ministério Público, acusados de manter funcionários fantasmas no Legislativo, ou seja, servidores que estariam recebendo sem trabalhar ou ao menos comparecer à Câmara.

As investigações apontam que esta prática esteve instituída na Casa por um período de pelo menos oito anos, nas gestões de Aloísio Santana (PSDC), a partir de 2007, como também nas duas gestões de Raul César Nunes (Rede) de 2009 a 2012, e de Guto Lorenzoni (PP), de 2013 a 2014.

Em todos os casos, esses funcionários são, na verdade, assessores externos e chefes de gabinete, que não precisam bater ponto, pois deveriam, em tese, atuar nos redutos eleitorais dos vereadores.

Em alguns casos, o Ministério Público também apura a existência de rachid, que é quando o ser-

PRESIDENTES

3

vereadores da Serra

Foram os denunciados por improbidade administrativa pelo Ministério Público Estadual

vidor recebe, sem precisar trabalhar, mas o vereador se apropria de uma porcentagem do salário.

Os três processos ainda estão em fase preliminar, em que é convocada a defesa prévia dos acusados. Após esta fase, se houver o recebimento da ação pela Justiça, os vereadores podem se tornar réus.

OS CASOS

Um dos supostos servidores fantasmas chama a atenção pelo longo período que conseguiu permanecer nesta função: de 2005 a 2016.

Um mecânico, contratado como assessor de gabinete do vereador Raul César Nunes, é acusado pela 13ª Promotoria Cível da

Serra de, durante aproximadamente 12 anos, ter recebido um montante de R\$ 336 mil por serviços efetivamente não prestados. Os salários variaram de R\$ 1,3 mil a R\$ 2,5 mil.

Na denúncia, a promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim relata que o próprio funcionário afirmou, em depoimento no inquérito, que trabalhava para o vereador e não com o vereador, ou seja, que se considerava um "cabo eleitoral" e que tinha representatividade na comunidade, tinha votos que podia angariar para o parlamentar.

Além disso, para a promotora, os relatos feitos pelo servidor em seus relatórios de atividades apresentadas à Câmara deixam claros que ele desempenhava atividades voltadas a atender aos interesses políticos-eleitorais do vereador.

"Em 27 de dezembro de 2016, o assessor chegou a ter a audácia de descrever no relatório como atividade funcional desempenhada o fato de ter permanecido em sua casa com parentes que os visitaram. Nessa época, ele recebia venci-

NA CÂMARA

12

anos

Foi o tempo que um servidor, acusado de ser "fantasma", ficou recebendo sem trabalhar

mentos no valor de R\$ 2.790,49 de dinheiro público. Qual é a relação dessa atividade com o exercício das atividades parlamentares?", provoca a promotora, na denúncia.

Outros relatos, no mínimo curiosos, desse servidor, foram os de "Encontro com amigos na praça do bairro trocando ideias" e "Levando moradora de Novo Horizonte ao médico em Vila Velha".

Já no caso envolvendo o vereador Guto Lorenzoni, o único atualmente com mandato na Câmara, a acusação é de que uma servidora, que ocupou o cargo de chefe de gabinete parlamentar por 10 meses, cuja carga horária é de 8 horas por dia, e ao mesmo tempo, também tra-

balhava em um supermercado de seu marido, na Serra. Nesse período, ela recebeu ao todo R\$ 17.198,01 em salários.

O problema é ainda maior se for considerado que nas fichas de registro de frequência dela consta a assinatura do vereador.

"Apesar de ser Chefe de Gabinete da Presidência, a ex-assessora não soube informar o nome de qualquer das pessoas que tivesse trabalhado com ela e admitiu que só comparecia à Câmara para bater ponto", revela a promotora.

As investigações chegaram a esta servidora pois ela também prestou serviços ao vereador Aloísio Santana, até o ano de 2010, que foi alvo de inquérito para apurar supostas práticas corruptivas de rachid e de funcionários fantasmas no gabinete dele. Em consequência disso, a promotora ajuizou uma Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa contra ele, documento ao qual a reportagem não teve acesso, por estar sob sigilo.

DEPOIMENTO

"Trabalho 'para o vereador e não com o vereador', ou seja, me considero um cabo eleitoral com representatividade na comunidade e tenho votos a angariar para o vereador"

"Se estou como assessor do vereador, minha função é a de trabalhar para que o ele tenha retorno eleitoral da minha atuação"

"O vereador me deixava livre pra funcionar como cabo eleitoral e eu era contratado dele pra fazer isso. Não tinha compromisso de ficar no gabinete"

MECÂNICO ACUSADO DE SER SERVIDOR FANTASMA NO GABINETE DE RAUL CÉZAR NUNES (REDE)

DENÚNCIA

"A servidora foi nomeada em função de ser viúva de um ex-vereador do município, em razão do término de sua pensão por morte do ex-marido, o que é um desvio de finalidade"

"Havia relógio de ponto que ela assinava; ela batia o ponto pela manhã, voltava para casa e à noite ia bater o ponto novamente; que não ficava presente na repartição durante o horário de expediente"

MARIA CLARA MENDONÇA PERIM PROMOTORA DA SERRA, na denúncia

Fraudes em licitações com prejuízo de R\$ 166 milhões

Ministério Público denunciou suspeita de direcionamento e superfaturamento

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Além das suspeitas da prática de manter funcionários fantasmas, ou até mesmo praticar rachid, uma outra denúncia do Ministério Público aponta fraude em licitações na Câmara da Serra, representando um prejuízo de pelo menos R\$ 166.831,51 aos cofres públicos.

Os fatos denunciados também são da gestão de Raul César Nunes (Rede), que comandou o Legislativo por duas gestões: de 2009 a 2010 e 2011 a 2012.

De acordo com as investigações, também de autoria da promotora Maria Clara Mendonça Perim, durante o procedimento licitatório e no contrato firmado com uma construtora para as obras de ampliação e reforma da Sede da Câmara, em 2009, houve irregularidades na contratação, o direcionamento da licitação, o superfaturamento de preços e a utilização de materiais de baixa qualidade.

Além do ex-vereador, o superintendente geral da Câmara da época, que também ocupava a função de presidente da Comissão Permanente de Licitação, e a empresa vencedora, também respondem à



Prédio da Câmara da Serra, cuja licitação de obra de ampliação teria sido fraudada

GUILHERME FERRARI - 20/06/2016

Ação por Improbidade Administrativa.

Uma análise do edital e do processo licitatório, feita pela Assessoria de Controle Interno (ASCI) do Ministério Público, concluiu que a licitação foi fraudulenta, objetivando a contratação da empresa vencedora, por meio de cláusulas que restringiram a competitividade.

A denúncia menciona também que o ex-presidente também agiu de forma irregular ao concentrar muitos poderes e funções nas mãos de um único servidor. Já o sobrepreço da con-

FRAUDE

“Foi violado o princípio da impessoalidade e da legalidade, pois foi feito o pagamento de valores indevidos”

MARIA CLARA PERIM
AUTORA DA DENÚNCIA

tratamento foi identificado pois os valores estavam acima do referencial do Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo (Iopes). “Ainda houve sete aditi-

vos contratuais firmados e que não foram objeto de apreciação pela equipe de engenharia. Com isso, o sobrepreço inicialmente apurado pode se agravar após a conclusão da instrução do processo”, justificou a promotora.

Por isso, o Ministério Público pede, de forma liminar, que os bens do ex-vereador, do superintendente e da empresa sejam bloqueados, para que possam ser ressarcir os danos sofridos pela Câmara. Além disso, solicita que cada réu pague uma multa civil de R\$ 333.663,02

ANÁLISE

Sociedade tem que cobrar ética

▲ Seria importante que os Poderes tivessem uma análise do estritamente necessário para o funcionamento de cada um dos órgãos, com o conceito de governança pública e a busca da máxima eficiência com o menor dispêndio de dinheiro. Nesses parâmetros, seria possível fazer um controle mais efetivo. *Se não há essa governança, dificilmente haverá controle adequado. Para que isso mude, é preciso cada vez mais transparência, que é o que possibilita o controle social efetivo. Além disso, é necessária a conscientização ética dos agentes públicos e, principalmente, da sociedade, que monitora e cobra essa eficiência dos órgãos públicos. Se a sociedade for atuante, os órgãos vão responder. Se ela for distante, os órgãos continuarão desregulamentados.*

JOVACY PETER FILHO
MESTRE EM DIREITO E MEMBRO DO
CONSELHO DE ÉTICA PÚBLICA

ENTENDA

FANTASMAS ALOÍSIO SANTANA

Foi presidente da Câmara da Serra de 2007 a 2008

▼ Acusação

Responde a uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, por suspeita de que uma servidora seria funcionária fantasma. Ela atuou no gabinete dele de 2007 a 2013.

▼ Nomeação

A denúncia também relata que houve desvio de finalidade na ocupação do cargo desta servidora, que teria sido contratada por ser viúva de um ex-vereador e ter perdido o direito à pensão.

RAUL CÉZAR LUCAS

Presidiu a Câmara da Serra de 2009 a 2012

▼ Acusação

Um servidor contratado para atuar como assessor do vereador, por cerca de 12 anos, seria funcionário fantasma, pois só comparecia ao Legislativo para registrar sua frequência.

▼ Relatos

No relatório de Resumo de Atividades, o próprio servidor demonstrou que atendia somente interesses particulares e eleitorais do vereador. Alguns exemplos de atividades dele:

- “Estive em Jardim Bela Vista à procura de um velho amigo”
- “Reunião de família em minha casa a tarde e à noite confraternização”
- “Estive em Carapina Grande com amigos do bairro me informando de como vão as coisas”

GUTO LORENZONI

▼ Acusação

A mesma servidora, que teria sido funcionária fantasma no gabinete de Aloísio Santana, foi chefe de gabinete da Presidência na gestão de Lorenzoni, e também é acusada de não trabalhar.

▼ Outro emprego

Embora o cargo na Câmara da Serra seja de 40 horas semanais, a servidora também trabalhava no supermercado de seu marido, inclusive com vínculo formal de emprego.

Ex-presidentes rebatem acusação

▲ Os três ex-presidentes da Câmara da Serra Aloísio Santana (PSDC), Raul César Nunes (Rede) e Guto Lorenzoni (PP) foram procurados pela reportagem de A GAZETA para comentar sobre as acusações.

Aloísio, que presidiu a Casa em 2007 e 2008, afirmou que ainda não apresentou sua defesa neste processo, mas que está tranquilo quanto às acusações. “Estou há anos fora do poder, meu último mandato foi em 2010. Nunca tive

NEGATIVA

“Nunca tive funcionário fantasma. Se isso existe, o Ministério Público terá que comprovar”

ALOÍSIO SANTANA
EX-VEREADOR

funcionário fantasma. Se isso existe, são eles que vão ter que provar. Hoje meu foco é cuidar da minha saúde,

pois estou com câncer. Vivo uma vida simples, recebo apenas auxílio-doença”, comentou.

Já Raul César Nunes, que responde a mais de uma ação, se limitou a dizer que “seus advogados estão cuidando disso, e o Ministério Público está fazendo seu papel”.

Guto Lorenzoni, que é o único que detém mandato na atual legislatura, mas está licenciado para ser secretário na Prefeitura da Serra, não atendeu as ligações.



GUILHERME FERRARI/ARQUIVO

Plenário da Serra onde vereadores acusados atuaram

Ex-presidentes da Câmara da Serra acusados de ter funcionários fantasmas

Em alguns casos, o Ministério Público também apura a existência de rachid, é quando o servidor recebe, sem precisar trabalhar, mas o vereador se apropria de uma porcentagem

Três ex-presidentes da Câmara Municipal da Serra e três ex-servidores do Legislativo estão sendo alvo de denúncias pelo Ministério Público, acusados de manter funcionários fantasmas no Legislativo, ou seja, servidores que estariam recebendo sem trabalhar ou ao menos comparecer à Câmara.

As investigações apontam que esta prática esteve instituída na Casa por um período de pelo menos oito anos, nas gestões de Aloísio Santana (PSDC), a partir de 2007, como também nas duas gestões de Raul César Nunes (Rede) de 2009 a 2012, e de Guto Lorenzoni (PP), de 2013 a 2014.

Em todos os casos, esses funcionários são, na verdade, assessores externos e chefes de gabinete, que não precisam bater ponto, pois deveriam, em tese, atuar nos redutos eleitorais dos vereadores.

Em alguns casos, o Ministério Público também apura a existência de rachid, que é quando o servidor recebe, sem precisar trabalhar, mas o vereador se apropria de uma porcentagem do salário.

Os três processos ainda estão em fase preliminar, em que é convocada a defesa prévia dos acusados. Após esta fase, se houver o recebimento da ação pela Justiça, os vereadores podem se tornar réus.

OS CASOS

Um dos supostos servidores fantasmas chama a atenção pelo longo período que conseguiu permanecer nesta função: de 2005 a 2016. Um mecânico, contratado como assessor de gabinete do vereador Raul César Nunes, é acusado pela 13ª Promotoria Cível da Serra de, durante aproximadamente 12 anos, ter recebido um montante de R\$ 336 mil por serviços efetivamente não prestados. Os salários variaram de R\$ 1,3 mil a R\$ 2,5 mil.

Na denúncia, a promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim relata que o próprio funcionário afirmou, em depoimento no inquérito, que trabalhava para o vereador e não com o vereador, ou seja, que se considerava um “cabo eleitoral” e que tinha representatividade na comunidade, tinha votos que podia angariar para o parlamentar.

Além disso, para a promotora, os relatos feitos pelo servidor em seus relatórios de atividades apresentadas à Câmara deixam claros que ele desempenhava atividades voltadas a atender aos interesses políticos-eleitorais do vereador.

“Em 27 de dezembro de 2016, o assessor chegou a ter a audácia de descrever no relatório como atividade funcional desempenhada o fato de ter permanecido em sua casa com parentes que os visitaram. Nessa época, ele recebia vencimentos no valor de

R\$ 2.790,49 de dinheiro público. Qual é a relação dessa atividade com o exercício das atividades parlamentares?”, provoca a promotora, na denúncia.

Outros relatos, no mínimo curiosos, desse servidor, foram os de “Encontro com amigos na praça do bairro trocando ideias” e “Levando moradora de Novo Horizonte ao médico em Vila Velha”.

Já no caso envolvendo o vereador Guto Lorenzoni, o único atualmente com mandato na Câmara, a acusação é de que uma servidora, que ocupou o cargo de chefe de gabinete parlamentar por 10 meses, cuja carga horária é de 8 horas por dia, e ao mesmo tempo, também trabalhava em um supermercado de seu marido, na Serra. Nesse período, ela recebeu ao todo R\$ 17.198,01 em salários.

O problema é ainda maior se for considerado que nas fichas de registro de frequência dela consta a assinatura do vereador.

“Apesar de ser Chefe de Gabinete da Presidência, a ex-assessora não soube informar o nome de qualquer das pessoas que tivesse trabalhado com ela e admitiu que só comparecia à Câmara para bater ponto”, revela a promotora.

As investigações chegaram a esta servidora pois ela também prestou serviços ao vereador Aloísio Santana, até o ano de 2010, que foi alvo de inquérito para apurar supostas práticas corruptivas de rachid e de funcionários fantasmas no gabinete dele. Em consequência disso, a promotoria ajuizou uma Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa contra ele, documento ao qual a reportagem não teve acesso, por estar sob sigilo.

Fraudes em licitações com prejuízo de R\$ 166 mil

Além das suspeitas da prática de manter funcionários fantasmas, ou até mesmo praticar rachid, uma outra denúncia do Ministério Público aponta fraude em licitações na Câmara da Serra, representando um prejuízo de pelo menos R\$ 166.831,51 aos cofres públicos.

Os fatos denunciados também são da gestão de Raul César Nunes (Rede), que comandou o Legislativo por duas gestões: de 2009 a 2010 e 2011 a 2012.

De acordo com as investigações, também de autoria da promotora Maria Clara Mendonça Perim, durante o procedimento licitatório e no

contrato firmado com uma construtora para as obras de ampliação e reforma da Sede da Câmara, em 2009, houve irregularidades na contratação, o direcionamento da licitação, o superfaturamento de preços e a utilização de materiais de baixa qualidade.

Além do ex-vereador, o superintendente geral da Câmara da época, que também ocupava a função de presidente da Comissão Permanente de Licitação, e a empresa vencedora, também respondem à Ação por Improbidade Administrativa.

Uma análise do edital e do processo licitatório, feita pela Assessoria de Controle Interno (ASCI) do Ministério Público, concluiu que a licitação foi fraudulenta, objetivando a contratação da empresa vencedora, por meio de cláusulas que restringiram a competitividade.

A denúncia menciona também que o ex-presidente também agiu de forma irregular ao concentrar muitos poderes e funções nas mãos de um único servidor.

Já o sobrepreço da contratação foi identificado pois os valores estavam acima do referencial do Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo (Iopes).

"Ainda houve sete aditivos contratuais firmados e que não foram objeto de apreciação pela equipe de engenharia. Com isso, o sobrepreço inicialmente apurado pode se agravar após a conclusão da instrução do processo", justificou a promotora.

Por isso, o Ministério Público pede, de forma liminar, que os bens do ex-vereador, do superintendente e da empresa sejam bloqueados, para que possam ser ressarcir os danos sofridos pela Câmara. Além disso, solicita que cada réu pague uma multa civil de R\$ 333.663,02.

Ex-presidentes rebatem acusação

Os três ex-presidentes da Câmara da Serra Aloísio Santana (PSDC), Raul César Nunes (Rede) e Guto Lorenzoni (PP) foram procurados pela reportagem de A GAZETA para comentar sobre as acusações.

Aloísio, que presidiu a Casa em 2007 e 2008, afirmou que ainda não apresentou sua defesa neste processo, mas que está tranquilo quanto às acusações. "Estou há anos fora do poder, meu último mandato foi em 2010. Nunca tive funcionário fantasma. Se isso existe, são eles que vão ter que provar. Hoje meu foco é cuidar da minha saúde, pois estou com câncer. Vivo uma vida simples, recebo apenas auxílio-doença", comentou.

Já Raul César Nunes, que responde a mais de uma ação, se limitou a dizer que "seus advogados estão cuidando disso, e o Ministério Público está fazendo seu papel".

Guto Lorenzoni, que é o único que detém mandato na atual legislatura, mas está licenciado para ser secretário na Prefeitura da Serra, não atendeu as ligações.

ANÁLISE

Sociedade tem que cobrar ética

"Seria importante que os Poderes tivessem uma análise do estritamente necessário para o funcionamento de cada um dos órgãos, com o conceito de governança pública e a busca da máxima eficiência com o menor dispêndio de dinheiro. Nesses parâmetros, seria possível fazer um controle mais efetivo. Se não há essa governança, dificilmente haverá controle adequado. Para que isso mude, é preciso cada vez mais transparência, que é o que possibilita o controle social efetivo. Além disso, é necessária a conscientização ética dos agentes públicos e, principalmente, da sociedade, que monitora e cobra essa eficiência dos órgãos públicos. Se a sociedade for atuante, os órgãos vão responder. Se ela for distante, os órgãos continuarão desregulamentados" - Jovacy Peter Filho, mestre em direito e membro do Conselho de Ética Pública

FANTASMAS

Aloísio Santana

Foi presidente da Câmara da Serra de 2007 a 2008

Acusação

Responde a uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, por suspeita de que uma servidora seria funcionária fantasma. Ela atuou no gabinete dele de 2007 a 2013.

Nomeação

A denúncia também relata que houve desvio de finalidade na ocupação do cargo desta servidora, que teria sido contratada por ser viúva de um ex-vereador e ter perdido o direito à pensão.

Raul César Lucas

Presidiu a Câmara da Serra de 2009 a 2012

Acusação

Um servidor contratado para atuar como assessor do vereador, por cerca de 12 anos, seria funcionário fantasma, pois só comparecia ao Legislativo para registrar sua frequência.

Relatos

No relatório de Resumo de Atividades, o próprio servidor demonstrou que atendia somente interesses particulares e eleitorais do vereador. Alguns exemplos de atividades dele:

- "Estive em Jardim Bela Vista à procura de um velho amigo"
- "Reunião de família em minha casa a tarde e à noite confraternização"
- "Estive em Carapina Grande com amigos do bairro me informando de como vão as coisas"

Guto Lorenzoni

Acusação

A mesma servidora, que teria sido funcionária fantasma no gabinete de Aloísio Santana, foi chefe de gabinete da Presidência na gestão de Lorenzoni, e também é acusada de não trabalhar.

Outro emprego

Embora o cargo na Câmara da Serra seja de 40 horas semanais, a servidora também trabalhava no supermercado de seu marido, inclusive com vínculo formal de emprego.

ROBERTA BOURGUIGNON - 10/10/2017

Idosa indenizada por queda de abrigo

A Prefeitura de Guarapari foi condenada a indenizar, por danos morais, em R\$ 5 mil uma idosa atingida por um abrigo de um ponto de ônibus, localizado em frente a uma boate. Segundo o processo, a queda do abrigo causou lesões.

Além da dor física, a idosa suportou dor emocional e teve sequelas que limitaram seus movimentos.



FÓRUM de Guarapari: indenização

Estudante de direito preso com meia tonelada de maconha é condenado a 12 anos de prisão no ES

Além do estudante de direito, um outro homem foi preso na época e também foi condenado pela juíza à pena de 13 anos e dois meses de reclusão e pagamento de 1800 dias-multa

O estudante de direito que foi preso com mais de meia tonelada de maconha em julho deste ano, no bairro São Geraldo II, em Cariacica, foi condenado a 12 anos e oito meses de prisão. A decisão é da juíza da 3ª Vara Criminal de Cariacica, Elza Maria de Oliveira Ximenes, e foi divulgada pelo Tribunal de Justiça nesta quarta-feira (13).

Os policiais passaram 20 dias investigando a quadrilha antes da prisão. Os 550 kg de maconha prensada estavam em uma casa alugada apenas para guardar a droga, que tinha vindo do Paraguai.

No momento da abordagem policial, o estudante de direito tentou quebrar o próprio celular jogando-o no chão, para esconder provas, segundo a polícia. Em sua decisão, a juíza esclarece que ele deve cumprir a pena em regime fechado, inicialmente, e também pagar 1800 dias-multa.

“Nesse ponto, registro que o acusado é um estudante de direito, conforme afirmado por ele em juízo, e como sendo um futuro operador do direito, deveria aplicar seus conhecimentos técnicos no exercício da justiça e não para a prática delitiva, o que torna sua conduta ainda mais repugnante”, destacou a juíza.

Além do estudante de direito, um outro homem foi preso na época e também foi condenado pela juíza à pena de 13 anos e dois meses de reclusão e pagamento de 1800 dias-multa, também em regime fechado.

Justiça condena estudante de direito flagrado com mais de meia tonelada de maconha em Cariacica

Bruno Martins Dias de Oliveira, de 26 anos, foi condenado a 12 anos de prisão. O outro envolvido no caso, Bartolomeu Bernardo da Costa, pegou 13 anos

O estudante de direito Bruno Martins Dias de Oliveira, de 26 anos, e Bartolomeu Bernardo da Costa, de 28, presos com mais de meia tonelada de maconha, em julho deste ano, em Cariacica, foram condenados por tráfico de drogas. Bartolomeu foi condenado a 13 anos e dois meses de prisão, em regime fechado, além do pagamento de 1.800 dias-multa. Já a pena de Bruno foi de 12 anos e oito meses de prisão, também em regime fechado, mais o pagamento de 1.800 dias-multa.

A decisão é da juíza da 3ª Vara Criminal de Cariacica, Elza Maria de Oliveira Ximenes. A dupla foi detida em flagrante, no dia 13 de julho, no bairro São Geraldo II. Segundo a polícia, o valor total da droga apreendida está avaliado em cerca de R\$ 1 milhão.

De acordo com a sentença, no dia da prisão dos acusados os policiais civis responsáveis pela operação receberam informações de que uma grande quantidade de droga, oriunda do Paraguai, chegaria ao Espírito Santo para distribuição na Grande Vitória. A partir daí, eles passaram a realizar diligências, no sentido de realizar a apreensão.

Após identificar a rua em que a droga estaria sendo armazenada, no bairro São Geraldo, os policiais se dirigiram ao local e abordaram os denunciados no momento em que eles saíam pela garagem do local. Os policiais perceberam ainda que um terceiro indivíduo fugiu pelos fundos da residência.

Ainda segundo a sentença, no momento em que foi abordado, Bruno jogou um dos seus celulares no chão e pisoteou diversas vezes, para impedir que fossem colhidas provas no aparelho. Após buscas no local, foram encontrados, em um dos quartos da casa, 704 tabletes de maconha, totalizando aproximadamente 550 kg da droga, além de uma balança de precisão e material para embalo.

De acordo com os autos, Bartolomeu receberia R\$10 mil de uma pessoa identificada como “Digão” para transportar a droga e, inclusive, teria alugado um apartamento, a pedido do mesmo, que seria utilizado para o armazenamento da mesma. Esse “Digão”, segundo os réus, seria o indivíduo que conseguiu fugir no momento da apreensão. Já Bruno receberia R\$ 5 mil para ajudar na empreitada.

Segundo a juíza, não há dúvidas de que os denunciados se associaram “de forma estável e permanente” para realizarem o transporte e armazenamento dos 550 kg de maconha da casa, em São Geraldo II, para o apartamento alugado, no bairro Tabajara, também em Cariacica.

“Nesse ponto, registro que o acusado é um estudante de direito, conforme afirmado por ele em juízo, e como sendo um futuro operador do direito, deveria aplicar seus conhecimentos técnicos no exercício da justiça e não para a prática delitativa, o que torna sua conduta ainda mais repugnante”, destacou a juíza, em sua decisão.

A magistrada também justificou sua decisão de manter os réus presos. “Em primeiro lugar, em face da periculosidade social, tendo em vista terem sido presos em flagrante delito com 550 kg de maconha, sendo necessária a prisão dos mesmos para a garantia da ordem pública e paz social. Em segundo, porque em razão da condenação, ganhando a liberdade, há fundado receio de que venham a se evadirem do distrito da culpa, tornando incerta a execução de suas penas. Em terceiro, porque se durante o curso do processo estiveram presos, seria um contrassenso jurídico colocá-los em liberdade provisória, já que condenados, sendo preponderante a execução das penas. Em arremate, porque a sociedade cobra das autoridades uma punição exemplar dos traficantes, não sendo socialmente recomendável a concessão da liberdade provisória aos acusados, especialmente para resguardar a paz social”, concluiu a juíza.

Jovens acusados de tráfico de drogas são condenados

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/12/15132511831532906570.html>

Crianças podem ficar sem medicamento para tratamento de câncer

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/12/criancas-podem-ficar-sem-medicamento-para-tratamento-de-cancer-1014111095.html